



INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

Juciele Gemin Loeper – jgloeper@gmail.com
Universidade Federal do Paraná
Curitiba – Paraná

Sérgio Camargo – s.camargo@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná
Curitiba – Paraná

Resumo: Como parte de uma dissertação que está sendo desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Paraná. Em que o objetivo principal é, investigar os desafios dos professores de ciências do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME), frente à integração das tecnologias digitais. Este trabalho buscou analisar as ações previstas referentes às tecnologias digitais para a prática pedagógica do professor corregente de ciências nos onze Projetos Político Pedagógicos (PPPs) participantes da pesquisa, considerando os elementos constitutivos da RME. Para explicitar que as tecnologias não são apenas máquinas, emprega-se as categorias de Sancho (1998 apud Brito 2009), compreendendo as múltiplas dimensões de conceito de tecnologia com Brito (2006), Kenski (2007) Gomes (2010) e o conceito do documento norteador Projeto Político-Pedagógico como instrumento teórico-metodológico que a escola elabora de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer por Vasconcellos (2006), Veiga (1999), Gadotti (1994) e Libâneo (2007). O estudo é de caráter qualitativo sendo utilizados os pressupostos da pesquisa exploratória de Piovezan e Temporini (2005), por favorecerem a demonstração da variedade de perspectivas sobre o objeto a ser pesquisado. A partir dos dados levantados, observou que os Projetos Político Pedagógicos analisados contemplam os quatro elementos constitutivos: Primeiro: contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental; Segundo: regime escolar; Terceiro: filosofia e princípios didático-pedagógicos da instituição e Quarto: bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo. E quanto as tecnologias digitais observou que estão presentes nos documentos norteadores: nas jornadas ampliadas, nos instrumento de avaliação, na gestão escolar, no acesso à internet, na busca de dados, simulações, pesquisas, programas específicos, planilhas eletrônica, processadores de texto, no compromisso com a formação continuada e na maioria das menções fundamentadas no Art. 32 da LDB. Desta forma os dados apontados nos onze projetos político pedagógicos apresentam fragilidades no que concerne à integração das tecnologias digitais para prática dos professores, especificamente os do componente curricular de ciências

Palavras-chave: *Projeto Político Pedagógico. Integração, Tecnologias Digitais, Professores de Ciência. Ensino Fundamental.*

1 INTRODUÇÃO

Com o acesso às informações a escola precisa (re)organizar o conhecimento escolar e o processo de ensino-aprendizagem, é imprescindível que os profissionais reconheçam os estudantes como sujeitos em complexos processos de apropriação de saberes, conhecimentos, valores e culturas. Refletindo sobre o compromisso com a oferta educacional de qualidade a tecnologia torna-se um importante elemento para discussões acerca dos documentos norteadores, perpassando todas as dimensões do processo de ensino-aprendizagem.

Com as constantes mudanças de uma sociedade, o conhecimento é atualizado e re-elaborado a todo instante e a escola enquanto formadora do cidadão crítico deverá oportunizar estratégias inovadoras utilizando as mais diversas ferramentas disponíveis a fim de torná-lo capaz de atuar de maneira a resolver situações problema nessa sociedade de mudanças.

A Rede Municipal de Ensino de Curitiba (RME), com a publicação da Portaria nº 4¹, iniciou em todas as escolas, Centros de Educação Integral (CEIs) e Unidades de Educação Integral (UEIs) o movimento no qual o ensino do componente curricular Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental passa a ser trabalhado por um profissional específico, com duas aulas semanais. Uma vez que a portaria entrou em vigor, três profissionais passaram a atuar para cada duas turmas, sendo dois regentes e um corregente, chamados de “trio de regentes”, que passou a realizar permanência concomitantemente, organizando juntos as práticas pedagógicas e discutindo coletivamente as melhores estratégias a serem utilizadas.

A RME prevista em lei² oferece educação em tempo integral, trabalhando com uma jornada ampliada sistematizada em seu PPP uma rotina de 9 (nove) horas, com horários efetivos para 5 (cinco) práticas educativas: Práticas do Acompanhamento Pedagógico, Práticas Artísticas, Práticas do Movimento e Iniciação Esportiva, Práticas de Educação Ambiental e Práticas de Ciência e Tecnologias.

O currículo da escola com jornada ampliada sistematiza em seu PPP uma rotina de nove horas diárias e articula as áreas do conhecimento e os saberes escolares às práticas voltadas à leitura e escrita, à arte, ao esporte, ao lazer, à cultura, à educação ambiental, à experimentação científica e ao uso das tecnologias. (CURITIBA. Currículo do Ensino Fundamental. v. I. 2016, p. 23)

Na Rede Municipal de Ensino, a Educação em Tempo Integral e a Educação Integrada têm em comum a perspectiva da ampliação das oportunidades educativas para os(as) educandos(as), por meio da ampliação do tempo de permanência do(a) educando(a) na escola, da relação com diferentes espaços da cidade e agentes educativos. No primeiro caso, esse tempo compõe o currículo formal dos educandos(as), previsto no presente currículo; já o segundo, refere-se aos projetos educacionais propostos pelas unidades escolares para ampliar as possibilidades educativas dos(as) educandos(as) estando as propostas

¹<http://multimedia.educacao.curitiba.pr.gov.br/2017/7/pdf/00145041.pdf>. Acessado em 24/05/18 às 14h34.

² Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação em sua Meta

6: “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.”

conectadas aos objetivos educacionais expostos nos PPPs das unidades escolares. (CURITIBA. Currículo do Ensino Fundamental. v. I. 2016, p. 25)

As práticas de Ciências e Tecnologia são efetivas no ensino em tempo integral, ofertados em jornada ampliada, nesta pesquisa delimitamos aos professores corregentes (trio de regentes), responsáveis pelo componente curricular de ciências.

A velocidade das inovações, das tecnologias digitais precisam ser compreendidas em suas múltiplas dimensões: econômicas, políticas, técnicas, culturais, educacionais etc. Apontando novos desafios em nossa forma de pensar, de conhecer e de aprender. Cabe nesta perspectiva perguntar: Como os Projetos Político Pedagógicos orientam a integração das Tecnologias digitais às práticas pedagógicas dos professores de Corregentes, responsáveis pelo componente curricular de Ciências?

Com o objetivo de explicitar que tecnologias não são apenas máquinas, emprega-se neste trabalho as três categorias de Sancho (1998 *apud* Brito e Negri Filho, 2009, p. 13 e 14):

Tecnologias físicas - são as inovações de instrumentos físicos, tais como: caneta esferográfica, livro, telefone, aparelho celular, satélites, computadores. Estão relacionadas com a Física, Química, Biologia, etc. (equipamentos);

Tecnologias organizadoras - são as formas de como nos relacionamos com o mundo; como os diversos sistemas produtivos estão organizados. As modernas técnicas de gestão pela Qualidade Total são um exemplo de tecnologia organizadora (relações com o mundo);

Tecnologias simbólicas - estão relacionadas com a forma de comunicação entre as pessoas, desde a iniciação dos idiomas escritos e falados à forma de como as pessoas se comunicam. São os símbolos de comunicação (interfaces da comunicação).

Vale ressaltar que todas estas categorias estão interligadas e que esta classificação visa apenas facilitar a compreensão do conceito mais amplo de tecnologia, entendido como conhecimento científico aplicado, considerando o processo e não somente o produto. Diante disso, pode-se dizer que tecnologia é todo conhecimento adquirido e aplicado no processo de desenvolvimento de novos recursos e da própria renovação do saber, um processo infinito e que ocorre a todo o momento, em todos os lugares onde o homem está presente (GOMES, 2018).

Kenski (2008) faz questão de enfatizar um conceito de tecnologia despregado da idéia enviesada que entende tecnologia como associada somente aos computadores. Nestes termos, todos os artefatos clássicos da atividade de ensino e aprendizagem, como livros, quadro negro e giz, dentre outros, são manifestações de uma fase na evolução tecnológica da formação. Os computadores não seriam assim mais que uma evolução, que traz suas conseqüências. A diferença fundamental é no nível da mudança provocada.

Ela entende a tecnologia como algo a ser utilizado para a transformação do ambiente educacional (local, normalmente, desinteressante e com pouca interação entre alunos e professor), buscando por meio dela criar um espaço em que a produção do conhecimento aconteça de forma criativa, interessante e participativa, de modo que seja possível educador e educando aprenderem e ensinarem usando imagens (estática e ou em movimento), sons, formas textuais e, com isso, adquirirem os conhecimentos necessários para a sobrevivência no dia-a-dia em sociedade. (KENSKI, 2008).

Ainda que o acesso as tecnologias digitais nas escolas tenha aumentando conforme os dados estatísticos sobre o acesso e uso das TIC fornecidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A pesquisa realizada sobre “o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras - TIC Educação 2016” mostrou que, ainda há desafios a serem vencidos para a integração:

“há ainda desafios a serem vencidos para que a integração das tecnologias se efetive no cotidiano escolar, por meio principalmente da ampliação e da qualificação do acesso aos dispositivos e redes, especialmente para utilização de professores e alunos em atividades de ensino e aprendizagem. Ao mesmo tempo, não se pode dizer que as escolas estejam isoladas e não sejam influenciadas pela cultura digital. Educadores e estudantes acabam integrando espontaneamente as tecnologias às atividades pedagógicas desenvolvidas tanto nos espaços da escola quanto fora dela.” (BRASIL, Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras. 2016. p. 104.)

O projeto político pedagógico, como um documento resultante de diálogo entre diversos segmentos da comunidade escolar, tem como uma das finalidades nortear as ações das escolas.

É concebido como o instrumento teórico-metodológico que a escola elabora, de forma participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que vai percorrer para realizar, planejamos o que temos intenção de fazer de realizar, buscando a melhor maneira para função educativa. É antever um futuro diferente do presente. Nas palavras de Gadotti:

“Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.” (1994, p. 579)

O PPP representa a expressão de autonomia da escola para formular e executar sua proposta de trabalho. A partir da Lei Diretrizes e Bases (LDB BRASIL, 1996) o projeto passa a ser um documento juridicamente reconhecido, que norteia as atividades desenvolvidas no espaço escolar e tem como objetivo central identificar e propor alternativas para melhorar a qualidade do ensino, reorganizando seu trabalho pedagógico.

A lei amplia o papel da escola diante da sociedade, coloca-a como centro de atenção das políticas educacionais mais gerais e sugere o fortalecimento de sua autonomia.

Nessa perspectiva democrática os professores precisam ter conhecimento das finalidades de sua escola. Veiga (1995, p.23) considera que “por se tratar de um

projeto político é importante conhecer as finalidades estabelecidas na legislação em vigor e o que a escola persegue com maior ou menor ênfase”.

Assim como a explicação do seu papel social a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo (VEIGA, 1998, p. 9).

A gestão e a organização do trabalho da escola estão alicerçadas no Projeto Político pedagógico da instituição, concebido como a sistematização de um processo de planejamento participativo que explicita o tipo de ação educativa que se pretende realizar, contribuindo para intervenção e mudança na realidade (VASCONCELLOS, 2006, p. 169). Assim, se entendemos a escola como espaço de formação humana, todos os profissionais que nela atuam estão comprometidos com a efetivação do PPP.

A partir do PPP enquanto documento que expressa a identidade da escola e as concepções que norteiam todo esse trabalho (concepção de ensino-aprendizagem, de currículo, de avaliação, entre outras) é que se define o planejamento da escola.

o projeto pedagógico [...] concretiza-se no currículo e nas metodologias de ensino, requerendo, também, ações de formação continuada (para aprimorar a qualidade do trabalho com os alunos na sala de aula), planos de ensino, práticas de gestão e formas de ajuda pedagógica ao professor por parte da coordenação pedagógica. (LIBÂNEO, 2017, p. 307)

Na construção do projeto pedagógico da escola, se planeja o que se pretende fazer, a partir de uma análise minuciosa e diagnóstica da escola que se tem no hoje, para que se possa pensar no que é possível, em tempo futuro, realizar para alterar o estado atual da mesma. Nas palavras de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579)

A Rede Municipal de Educação de Curitiba em 2013 enviou um roteiro com Elementos Constitutivos para elaboração dos Projetos Político Pedagógicos das Escolas Municipais.

1. Contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental
2. Etapas e modalidades ofertadas.
3. Regime Escolar
4. Filosofia e Princípios didático-pedagógicos da instituição
5. Bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo
6. Bibliografia

Por possuir tantos dados relevantes, o Projeto Político Pedagógico se configura em uma ferramenta de planejamento e avaliação que os membros das equipes gestoras e pedagógicas podem consultar a cada tomada de decisão.

Neste sentido, entendemos que a análise é essencial para observar se as tecnologias digitais estão contidas na estrutura dos documentos, pois acredita-se que a efetiva integração só ocorre se a própria escola prever a sua inserção no Projeto Político Pedagógico.

2 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Este estudo é de caráter qualitativo sendo utilizados os pressupostos da pesquisa exploratória de Piovezan e Temporini (2005), por favorecerem a demonstração da variedade de perspectivas sobre o objeto a ser pesquisado.

O universo desta pesquisa consta onze Projetos Político Pedagógicos da Rede Municipal de Educação de Curitiba, os quais fazem parte da dissertação que está sendo desenvolvida no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática (PPGECM) da Universidade Federal do Paraná.

Buscou-se preservar a identidade e sigilo das Unidades Escolares, assim elas serão identificadas nesta pesquisa com letras “E”, seguidas dos números de 1 ao 11 de acordo com a quantidade Escola participantes.

3 A INTEGRAÇÃO NAS TECNOLOGIAS NOS PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS

A partir dos dados levantados, observamos que todos os Projetos Político Pedagógicos analisados contemplam os elementos constitutivos.

Fundamentado nesta observação procede-se para a codificação, para identificar onde a palavra tecnologia se encontra nos diferentes elementos constitutivos, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS NOS PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO		E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental	Identificação		X	X	X	X				X	X	X
	Organização do espaço físico				X							X
Regime Escolar	Matriz Curricular/ Carga Horária (Anos Finais e EJA)					X					X	X
	Turmas e horários				X							
Filosofia e Princípios didático-pedagógicos da instituição	Concepção						X	X			X	
	Ser Humano											X
	Princípios e Fins									X		
	Da Gestão Escolar (o que é e como acontece na instituição)	X			X							

	Ensino Fundamental	X	X			X		X		X		X
	Educação Infantil			X			X					
Bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo	Currículo do Ensino Fundamental	X		X	X	X	X					X
	Projetos e Programas		X		X							
	Avaliação da Aprendizagem	X		X					X			

FONTE: os autores (2018).

Apareceram 56 (cinquenta e seis) citações mencionando tecnologias, para verificar se de fato o contexto da palavra se refere a integração das tecnologias na prática pedagógica, com auxílio do Atlas.TI, temas foram organizados de acordo com os elementos constitutivos do PPP, conforme modelo da RME.

Primeiro elemento constitutivo modelo da RME: Contexto socioeconômico, cultural, educacional, físico e ambiental.

Mencionam a tecnologia nesses elementos 07 (sete) PPPs das escolas E2, E3, E4, E5, E9, E10 e E11.

Vale ressaltar que as Escolas E3, E4, E5, E9 e E11 são Centros de Educação Integral CEI – as quais apresentam uma jornada ampliada com práticas educativas para educação integral e as E6 e E7 são escolas de tempo integral, ofertam a permanência na escola por um tempo ampliado.

Nessas escolas o currículo amplia a rotina para 9 horas diária para as práticas na educação integral:

Essas fazem menções da tecnologia na apresentação da prática da educação integral: Práticas de Ciência e Tecnologia.

As outras duas escolas que não trabalham com a jornada ampliada da educação integral, a E2 cita o Artigo 32 da LBD e a E10 refere-se ao acesso da comunidade.

Segundo elemento constitutivo modelo da RME: Regime Escolar

No segundo elemento a tecnologia aparece no Projeto Político Pedagógico de 4 (quatro) escolas E4, E5, E9 e E11, tratando da jornada ampliada para educação integral.

Terceiro elemento constitutivo modelo da RME: Filosofia e Princípios didático-pedagógicos da instituição

Esse elemento está dividido: Concepção, Ser Humano, Princípios e Fins, Gestão Escolar, Ensino Fundamental e Educação Infantil.

As tecnologias aparecem na concepção das escolas: E6, E7, E10 a escola como mediadora na relação.

Bem como, trazem a importância dos novos saberes dos profissionais:

Com relação à Gestão Escolar na E1, “cria condições para que alunos e professores tenham acesso às modernas tecnologias aplicadas à educação.” p. 22

Incentivando a participação dos professores e alunos em eventos que possam contribuir no ensino aprendizagem e na E4, “está pautada nos projetos educacionais dispostos no Currículo do Ensino Fundamental da RME nas áreas de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Tecnologia Educacionais” p.24.

No Ensino Fundamental as escolas E1, E2, E7, E9, e E11 apresentam a tecnologia dentro do Art. 32 da LBD, conforme já foi referenciado acima no primeiro elemento constitutivo. E a escola E6, por ser uma escola que oferta o tempo integral explica as práticas educativas.

E a prática de ciências e tecnologias:

Diferente da E9, que apresenta a prática como: “Prática das Ciência e Tecnologias da Informação e Comunicação: Televisão, vídeo e DVD, Análise de filmes; LEGO; Laboratório de informática; Mídias (Rádio, Jornal).” (PPP. E9, 2017, p.57).

E a escola E5, no Ensino Fundamental mencionou as Tecnologias no componente curricular de ciências:

Quarto elemento constitutivo modelo da RME: Bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo

No último elemento constitutivo que trata das bases norteadoras para a organização e desenvolvimento do trabalho educativo, aborda o Currículo do Ensino Fundamental, os Projetos e Programas e a Avaliação de aprendizagem.

No que se refere ao Currículo do Ensino Fundamental, os documentos das escolas E1, E3, E4, E5 e E11, as tecnologias são mencionadas.

No documento da escola E1 a tecnologia aparece no componente curricular de Língua Portuguesa e das escolas E5 e E11 na prática educativa da Educação Integral.

Os documentos das escolas, E3, E4 e E5 são os que propõem as tecnologias no componente curricular de Ciências:

Faz-se necessário ressaltar que a citação das tecnologias no ensino de ciências nos PPPs das Escolas E4 e E5, são citações da Base Nacional Comum Curricular.

Quanto aos projetos a tecnologia foi mencionada nos projetos: Robótica da escola E2 (PPP E2. p.73) “O projeto de robótica com utilização do recurso Lego objetiva a vivência, a organização, as relações sociais, o avanço da tecnologia e a criação estética.” e no projeto OBA (Olimpíada Brasileira de Astronomia) dentro da prática de Ciência e Tecnologia na escola E4 na p. 40.

Na avaliação a tecnologia foi citada no PPP da escola E3 como instrumento de avaliação e nas escolas E1 e E8 na ficha do percurso individual de aprendizagem do aluno. “Reconhece que a Ciência e a Tecnologia produzem objetos, ferramentas e dispositivos que ajudam a ampliar os sentidos humanos e corrigir ou diminuir as deficiências físicas.” (PPP E8, p. 60. 2017).

Na busca da integração das Tecnologias digitais na prática pedagógica do professor corregente de ciências, realizamos outras codificações, com as palavras digital e informática.

A palavra informática aparece nos PPPs no elemento Espaço Físico das Escolas, evidenciando que todas possuem laboratório de informática.

A palavra Digital aparece em 6 (seis) PPPs, das Escolas E2, E3, E5, E6, E8 e E9, também no Espaço Físico.

Percebe-se uma relevância no tratamento do papel do professor responsável pelo laboratório de informática na escola E9, em “cobrir” a permanência do professor regente e organizar um planejamento específico conforme evidenciado no quadro abaixo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velocidade das inovações, trazidas pela presente época, faz com que a escola reflita sobre seus trajetos. Conhecida como sociedade da informação e do conhecimento, utiliza-se das tecnologias de armazenamento e transmissão de dados e informações a todo instante, em virtude das possibilidades encontradas, Palfrey e Gasser (2011, p. 13) apontam que "o mais incrível, no entanto, é a maneira em que a era digital transformou o modo, como as pessoas vivem e se relacionam umas com as outras e com o mundo que as cerca".

Favorecer o uso das tecnologias digitais potencializa a forma de ensinar e aprender, qualificando os processos educativos. Além disso, rompe com o existente e avança para a reorganização das práticas voltadas à pesquisa, inovação e colaboração, marcos decisivos na construção do PPP (VOSGERAU, 2017).

Identificamos o PPP enquanto documento que expressa a identidade da escola e as concepções que norteiam todo esse trabalho, apontar as tecnologias digitais como integradora nas práticas pedagógicas por meio do PPP potencializa o desenvolvimento de novas práticas.

Analisamos os elementos constitutivos de onze Projetos Político Pedagógicos segundo roteiro norteador da Rede Municipal de Educação.

As menções localizadas com palavra Tecnologia, na sua grande maioria estava fundamentada principalmente no Art. 32 da LDB, nas jornadas ampliadas (educação integral e projetos), nos novos desafios dos professores, na avaliação (ficha de instrumento), na gestão escolar e em três projetos político pedagógico (E3, E4, E5) fizeram menções ao componente curricular de ciências e as Tecnologias Digitais.

A E3 mencionando o uso das tecnologias no ensino de Ciências Naturais, sendo úteis para acesso à internet, busca de dados, simulações, pesquisas, programas específicos, planilhas eletrônica e processadores de texto e a E4 e E5 do compromisso com a formação continuada dos professores.

Desta forma, os dados apontados nos documentos norteadores apresentam fragilidades no que concerne à essa integração das tecnologias digitais para prática dos professores, especificamente os do componente curricular de ciências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Caderno pedagógico: Subsídios à Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: SME, 2012.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. **Currículo do Ensino Fundamental. Volume I, II, III, IV e V, 2016**. Disponível em: <<http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/curriculo-do-ensino-fundamental/8417>> Acesso em 24 de julho de 2017.

_____. _____. **Instrução Normativa nº 4, de 05 de julho de 2017**. Disponível em: <http://multimedia.educacao.curitiba.pr.gov.br/2017/7/pdf/00145041.pdf> Acesso em: 24/05/18.

BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras**. Comitê Gestor da Internet no Brasil. (CGI). Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_EDU_2016_LivroEletronico.pdf Acesso em 24/05/2018

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRITO, Glaucia da Silva; Simonian Michele. **Conceitos de tecnologias e currículo: em busca de uma integração**. In: Diálogos epistemológicos e culturais. Organizadores HAGEMeyer, Regina Cely; GABARDO, Cleusa Valério; SÁ, Ricardo Antunes. Curitiba: W&A Editores, 2016.

GADOTTI, Moacir. **"Pressupostos do projeto pedagógico"**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 4 ed. Campinas: Papirus, 2008.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino aprendizagem e projeto político pedagógico**. Elementos metodológicos para elaboração e realização. 16. ed., São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. A. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. Editora Cortez, 2017.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. **Pesquisa Exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Revista da Saúde Pública, no. 29, ed. 4, 318-325, 1995.